

A TEORIA ANARQUISTA E AS REFORMAS EMPRESARIAIS: coerção e estreitamento profissional na política educacional paulista

linha 04 – Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

BARBOSA, Daniel da Silva
Doutorando em Educação – PPGE UNESP-Campus Marília
ds.barbosa@unesp.br

SABIA, Claudia Pereira de Pádua
Docente PPGE UNESP-Campus Marília
claudia.sabia@unesp.br

Resumo: O ensino no Brasil vem sofrendo “ataques” e investimentos de ordem financeira, legislativa, ideológica e gerencial por grupos variados, mas que tendem ao que comumente a literatura chama de Reformadores Empresariais. Entretanto, tal investidura não se limita somente à interesses financeiros e sim ao controle da formação individual de nossos alunos e de sua forma de interpretar nossa sociedade e o bojo dos conflitos e incongruências socioeconômicas e culturais, construindo uma realidade interpretada segundo uma epistemologia neoliberal. O presente trabalho tem como objetivo analisar a teoria anarquista e sua ética social para refletir sobre o modelo de ensino/empresarial partindo das perguntas “que cidadão o mundo contemporâneo precisa?” e “que indivíduo a escola pretende formar?” como norte da reflexão. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico de autores que pensam políticas de avaliação e qualidade educacional como Luiz Carlos de Freitas, Maria Regina Lemes de Sordi, Jose Carlos Libâneo e a educação anarquista com Silvio Gallo, entre outros. Realizamos também a análise documental de 46 Resoluções da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (Seduc) direcionadas à Organização Curricular entre os anos de 2022 e 2024. A Teoria do Estado dentro da perspectiva anarquista, segundo Bakunin e Kropotkin, foi a norteadora das análises deste estudo por colocar sob forte crítica o Estado enquanto aparato jurídico, administrativo e coercitivo instrumentalizado por governos sempre no cumprimento de interesses específicos. Como resultados, destacamos o monitoramento presencial, pessoal e coercitivo nas unidades escolares se dá pelo Projeto Gestão Educacional Paulista (PGEP) com foco nos resultados das políticas educacionais promovidas pelo governo do Estado de São Paulo (Resolução nº65/2023). Suas tomadas de decisão passaram a ser baseadas não apenas nos testes (Resolução nº81/2022) em larga escala como também nas cobranças estabelecidas no Novo Plano de Carreira e Remuneração do magistério do Estado de São Paulo definidos nas Resoluções nº 31/2022 e nº79/2022. OS servidores sentem pressão não pela busca da Bonificação por resultado (nº99/2022), mas pela fuga desse órgão, até porque a coerção e ameaças não se limitam aos executores do professor final (docentes) e sim aos servidores e supervisores das diretorias regionais de educação. Nas resoluções da SEDUC-SP não foi definido o conceito de qualidade educacional, somente listou-se as necessidades e objetivos. Identificamos uma prática obsessiva de avaliar resultados de produtos segundo metas propostas externamente, tendo sustentação nos modos de coerção identificados neste artigo como **controle sistêmico do processo**, premissa de **auditoria** e no **ajuste comportamental**

dos docentes. Sordi (2017) nomeou essa obsessão como regime da avaliocracia. Defendemos a qualidade social da escola pública pois entendemos que a dimensão cognitiva é apenas uma das finalidades da escola e que os estudantes têm direito a uma formação humana.

Palavras-chave: Teoria Anarquista; Reformas Empresariais; Políticas Educacional Paulista; Qualidade da Educação; Neoliberalismo.